

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

ABRIL/2022 - ANO BASE 2021



Desenbahia
Agência de Fomento do
Estado da Bahia S.A.



SECRETARIA
DA FAZENDA



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	2
2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	5
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	6
4. POLÍTICAS PÚBLICAS	11
4. I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
4. II – PROGRAMAS DE GOVERNO.....	12
4.III - FONTE DE RECURSOS PARA CUSTEIO DAS OPERAÇÕES.....	13
4.IV – OUTRAS ATIVIDADES DE FOMENTO.....	13
5. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
5.I PLANO DE NEGÓCIOS	15
5. II PROGRAMA DE GOVERNO – LINHAS DE FINANCIAMENTO	16
6. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	28
7. I – GOVERNANÇA.....	28
7.II - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	32
7.III – LIMITES OPERACIONAIS E DE APETITE POR RISCO.....	37
7.IV – FATORES DE RISCO.....	38
8. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS.....	39
8.I - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	39
8.II - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS.....	40
9. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	41

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. subscreve a presente Carta Anual e a divulga conforme rege a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no seu art. 8º, incisos I, III e VIII, com o fito de explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e informações relevantes referentes à governança corporativa da Agência.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

- CNPJ 15.163.587/0001-27. NIRE 293.0000.6831;
- Sede: Salvador / Bahia;
- Tipo de empresa estatal: sociedade de economia mista integrante da estrutura da Administração Pública Indireta do Estado da Bahia;
- Acionista controlador: Estado da Bahia;
- Tipo societário: sociedade anônima;
- Tipo de capital: fechado;
- Capital social: R\$ 568.134.183,92 (quinhentos e sessenta e oito milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e oitenta e três reais e noventa e dois centavos), representado como segue no quadro abaixo:

QUADRO 01: Composição do Capital Social

Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
		Com direito a voto		Sem direito a voto	
Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
45.362.813.776	198.885.338,27	22.215.496.057	97.399.964,42	62.004.722.334	271.848.881,23

- **Abrangência de atuação: estadual;**
- **Setor de atuação: financeiro;**

DIRETORIA COLEGIADA



Francisco Alfredo Marcílio de Souza Miranda

Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças (em substituição)



Agenor Barreto Martinelli Braga

Diretor de Desenvolvimento e Negócios



Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Operações

◆ **AUDITORES INDEPENDENTES:**

RUSSEL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CNPJ: 13.098.174/0001-80
Alameda Santos, 1165 – Jardim Paulista
01419-002 – São Paulo, SP
Brasil
<https://russellbedford.com.br>

◆ **Conselheiros de Administração subscritores da
Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:**

NOMES
João Batista Aslan Ribeiro - Presidente
Cícero de Carvalho Monteiro
Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda
Frederico Matos de Oliveira
Patrícia Ferreira Nascimento
Paulo de Oliveira Costa
Sérgio Dourado Gaspar

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A nasceu da transformação do extinto Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, criado pela Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, e transformado em agência de fomento pela Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Para seu pleno funcionamento, a Desenbahia observa ainda as Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais leis aplicáveis às atividades que empreende, as normas estabelecidas no seu Estatuto, em particular, as Resoluções do Banco Central do Brasil atinentes às ações das agências de fomento, especialmente, a Resolução BACEN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e os instrumentos regulamentadores dos fundos que administra.

A Agência tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.



3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

De acordo com a Lei Estadual nº 14.288, de 30 de dezembro de 2020, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2021, em seu Artigo 105, a concessão de crédito mediante financiamento por agência financeira oficial de fomento do Estado, além da sua compatibilização com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual 2020-2023, observa as seguintes linhas de aplicações visando estimular e apoiar:

I - o microcrédito, de forma direta ou indireta, através de instituições operadoras de microcrédito, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais carente da população com dificuldade de acesso a créditos junto a instituições financeiras;

II - as micro e pequenas empresas, possibilitando a criação e a manutenção de empregos e a geração de renda;

III - as unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individuais ou organizadas em aglomerações produtivas;

IV - as atividades de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, que pretendam implantar-se no Estado ou ampliar seus parques já instalados no Estado;

V - o empreendedorismo;

VI - o cooperativismo e o associativismo;

VII - as empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia, biotecnologia, tecnologia da informação, fármacos, nanotecnologia, biocombustíveis, engenharia de produtos e processos, serviços e transportes, segurança e acessibilidade;

- VIII - os empreendimentos situados em Municípios pertencentes aos territórios de identidade na região do semiárido;
- IX - a implantação, recuperação, ampliação e modernização de equipamentos e serviços turísticos, bem como a renovação da frota de táxi do Estado;
- X - a modernização de transportes públicos prestados por meio de concessão, permissão ou autorização e parceria público-privada;
- XI - a implantação de empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social;
- XII - os municípios para implantação de serviços públicos e infraestrutura, modernização da gestão municipal e aquisição de máquinas pesadas e ambulâncias;
- XIII - os investimentos de maior porte que contribuam para a ampliação e diversificação da matriz produtiva estadual, bem como para a consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana.
- XIV - os serviços de saúde;
- XV - os investimentos em saneamento, barragens e poços para ampliação do abastecimento de água e tratamento de esgoto;
- XVI - as empresas com maior capacidade de geração de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS;
- XVII - o fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;
- XVIII - os projetos de agricultura de baixo carbono;
- XIX - os investimentos em geração de energia para aumento da produção;
- XX - os investimentos em comunicação e banda larga.

A agência financeira oficial de fomento do Estado poderá, ainda:

I - prestar garantias, fianças ou avais;

II - realizar os estudos técnicos que visem auxiliar a implementação de empreendimentos públicos ou privados relacionados ao desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Além da concessão de crédito, a Desenbahia ainda executa outras atividades em nome do fomento social e econômico da Bahia. Uma dessas atividades é a de gestão de fundos. Quatro fundos são atualmente geridos pela Agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano. Este último, em processo de extinção.

◆ Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenbahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese é uma fonte fundamental de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenbahia, como gestora do mencionado fundo, submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em

função das atividades que realiza, a Desenbahia faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenbahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações deste fundo.

Em 2021, os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 53,6 milhões.

◆ **FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias**

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privada – PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. São órgãos estatutários do FGBP: a Assembleia de Cotistas e o Conselho Consultivo. O Relatório de Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas com parecer do auditor independente.

Até o final de 2021, o fundo celebrou contratos de garantia de quatro projetos de concessão patrocinada: Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; Sistema Viário BA-052; Sistema Rodoviário Ponte Salvador – Ilha de Itaparica; e Projeto de Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. Em 2021, não houve honras de garantias com os recursos do FGBP.

Ao encerrar o exercício, o saldo disponível do fundo alcançou R\$ 258,7 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,221.

◆ **FGAP – Fundo Garantidor para Aporte da Ponte**

Através da Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, o Poder Executivo da Bahia autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

No primeiro semestre, a Desenbahia se ocupou com a criação efetiva do fundo, por meio de realização de Assembleia Geral de Cotistas; inscrição na Receita Federal do Brasil (para obtenção de CNPJ); preparação de Estatuto e Regulamento para avaliação e validação da Assembleia. O Estado da Bahia, por sua vez, integralizou cotas em abril, por meio de crédito na conta bancária de titularidade do Fundo.

No final do exercício, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 259,7 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,039.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Desenbahia é uma instituição financeira que atua em todo o estado da Bahia e que procura oferecer serviços financeiros adequados às diferentes necessidades dos agentes produtivos, desde aquele menos assistido pelo sistema financeiro até os responsáveis por empreendimentos estruturantes da economia estadual, inclusive à administração pública municipal da Bahia.

4.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2020-2027 (PE 2020-2027) da Desenbahia foi preparado em 2019, apoiando-se na metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton e conhecida por Balanced Scorecard (BSC). Na oportunidade, foram definidos os seguintes propósitos para a Agência:

Missão: *Viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana.*

Visão: *Até 2027, ser reconhecida como uma Agência de Fomento ágil na concessão de crédito, atendendo às demandas da Sociedade Baiana.*

Estratégia: *Transformar-se em Agência de Fomento Digital, ampliando sua atuação em soluções que agreguem valor.*

Valores identificados como aqueles praticados ou a serem fortalecidos:

- *Agilidade;*
- *Compromisso com o cliente;*
- *Comunicação assertiva;*
- *Espírito inovador;*
- *Honestidade;*
- *Orientação para resultado;*
- *Visão sistêmica.*

4. II – Programas de Governo

O programa de Governo previsto no Plano Plurianual - PPA 2020-2023 no qual a Desenbahia atua diretamente é o Programa Gestão Governamental, especificamente para o alcance do compromisso “promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável”. Através da iniciativa de disponibilizar 17 linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos, a Desenbahia busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico baiano. No ano em apreço, a Agência colocou à disposição do mercado mais do que 17 linhas de financiamento, tendo liberado recursos por meio de 29 das linhas disponibilizadas.

O Fundese também apoia o mesmo compromisso vinculado ao Programa Gestão Governamental, como visto para a Desenbahia. As iniciativas do Fundese são duas: i) disponibilizar pelo menos 15 linhas de financiamento para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos e; ii) realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (pelo menos um estudo técnico no quadriênio 2020-2023). No ano de 2021, foram colocadas à disposição do mercado mais de 15 linhas de financiamento, tendo tido recursos liberados por meio de sete dessas linhas. Sobre a segunda iniciativa, não houve demanda para realização de estudos técnicos enquadráveis na proposta.

4.III - Fonte de Recursos para Custeio das Operações

Para cumprir com os compromissos estabelecidos no Programa Gestão Governamental, a Desenbahia recorre aos seus Recursos Próprios (RP) e aos recursos disponíveis no mercado nacional para repasse. Com os recursos do Fundese, a Desenbahia também realiza operações de crédito e, neste caso, as operações contratadas compõem a carteira do fundo e colaboram para que o fundo contribua com os programas de Governo.

Ao longo do exercício de 2021, a Desenbahia liberou R\$ 121,2 milhões, utilizando recursos que compõem a sua carteira: com RP, as liberações somaram R\$ 35,4 milhões; com os recursos provenientes do Sistema BNDES/Finame, os desembolsos totalizaram R\$ 81,3 milhões; com o Fundo Geral do Turismo – Fungetur e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, as liberações foram de R\$ 4,2 milhões e R\$ 0,25 milhão, respectivamente.

Com os recursos do Fundese, as liberações alcançaram de R\$ 53,6 milhões e foram direcionadas prioritariamente para as operações de microcrédito e de financiamento a projetos estruturantes da economia baiana.

No que se refere ao número de liberações, dos 8,1 mil desembolsos realizados com recursos da Desenbahia (inclusive repasses) e do Fundese, parcela significativa foi para operações de microcrédito. Considerando apenas as liberações para contratos de microcrédito, 4,3 mil foram realizadas com recursos do Fundese, e 3,4 mil, com recursos da carteira Desenbahia.

4.IV – Outras Atividades de Fomento

Além da concessão de crédito e da gestão de fundos, a Desenbahia ainda executa outras atividades importantes em nome do fomento social e econômico da Bahia, a exemplo da operacionalização do pagamento das

contraprestações públicas em contratos de Parceria Público-Privada (PPP), que a Desenbahia realiza mensalmente. Em 2021, a Desenbahia realizou o pagamento das contraprestações de seis projetos de PPP contratados pela Administração Direta do Estado da Bahia, sempre em conformidade com o que rege a Lei Estadual nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e o Contrato SF/OS/PPP/01/10 celebrado entre o Estado da Bahia, a Desenbahia e o Banco do Brasil, em 25 de maio de 2010.

Em função da pandemia do novo coronavírus, que se manteve preocupante em 2021, a Bahia Farm Show, maior feira de agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, aconteceu na sua versão “Digital Experience”, transmitida pelo Canal Rural – TV e Internet. Como parceira e patrocinadora do evento, a Desenbahia teve publicidade exibida tanto durante o evento na TV, quanto no site do canal.

No segundo semestre do ano, foi experimentado o retorno do programa Caravanas de Negócios, com a visita do diretor da área de Desenvolvimento e de Negócios e alguns dos seus gerentes ao interior do estado, visando estreitar relacionamento com clientes, líderes empresariais e com instituições parceiras, como CDL, Sebrae e associações empresariais.

5. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Plano de Negócios

No Plano de Negócios para 2021, foram definidas as seguintes metas para o exercício:

Otimiza ERP: A meta envolve a implantação de um Sistema Integrado de Gestão, mais conhecido por ERP - Enterprise Resource Planning. Através desse sistema, dezenas de outros sistemas passam a ficar integrados, com o benefício da modernização em vários casos, e unificação de linguagem no geral. Iniciado em 2019, o projeto Otimiza ERP tinha previsão de conclusão da primeira etapa em meados de 2021, e a última em março de 2022. Diante da relevância estratégica do projeto, ele permaneceu figurando no Plano de Negócios de 2021, para melhor acompanhamento da alta administração.

APP Desenbahia: Trata-se de uma ação já em andamento, com previsão de conclusão em 2021. O intuito do projeto é disponibilizar um canal de comunicação e de atendimento de demandas da carteira de clientes da Agência e novos prospectos. O *mobile banking*, devido às restrições de mobilidade impostas pela crise sanitária, vem crescendo ainda mais rapidamente, e tem apresentado como uma condição necessária a sobrevivência da empresa.

Reformulação das Linhas de Microcrédito: Com vistas à modernização do processo operacional e a conquista de economias de escala, a meta de reformulação das linhas do Programa Credibahia concede benefícios a todos os envolvidos, particularmente o público-alvo do programa. A principal ação é a automação das operações com o recebimento de documentos digitalizados.

Nova Linha Giro – até R\$ 50.000: A proposta da linha é incorporar às carteiras geridas pela Desenbahia operações de baixo valor, mas acima dos limites do programa de microcrédito. A linha segue as mesmas orientações do que está proposto para as linhas de microcrédito: documentação digital, contrato eletrônico, assinatura digital e verificação de risco via Credit Score. Em 2021, o projeto piloto prevê que as análises permaneçam sendo realizadas de forma convencional, pela equipe da Agência.

Resultados: As quatro metas foram alcançadas, cumprindo os seus respectivos cronogramas.

5. II Programa de Governo – Linhas de Financiamento

A Desenbahia, através dos recursos da sua carteira e da carteira do Fundese, que são disponibilizados ao público-alvo por meio de linhas de crédito, contribui com a consecução do Programa Gestão Governamental estabelecido no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado da Bahia. A seguir, as principais linhas de crédito ofertadas pela Agência em 2021.

Carteira Operações de Crédito da Desenbahia:

BNDES

1. **BNDES Crédito Pequenas Empresas** – linha destinada a apoiar as micro, pequenas e médias empresas por meio da concessão de empréstimo visando a manutenção e/ou a geração de empregos.
2. **BNDES Automático** – linha que objetiva financiar, por meio de repasse de recursos do BNDES, projetos de investimento relacionados às atividades de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos.

3. **BNDES Finame** – linha que visa financiar a aquisição, produção e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação credenciados no Credenciamento de Fornecedores Informatizado – CFI do BNDES, bem como a aquisição de outros bens industrializados, novos, de fabricação nacional.
4. **BNDES Fundo Clima – Máquinas e Equipamentos Eficientes** – linha destinada a financiar a aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa.
5. **ABC (Agricultura de Baixo Carbono)** – linha que objetiva reduzir o desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, aumentar a produção em bases sustentáveis, adequação à legislação ambiental, ampliar a área de florestas cultivadas e recuperar áreas degradadas.
6. **Inovagro** – linha destinada a apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural, e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.
7. **Moderagro** – linha que objetiva apoiar os setores de produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos; fomentar ações relacionadas à defesa animal; e apoiar a construção e ampliação de instalações para guarda de máquinas e implementos agrícolas e estocagem de insumos agropecuários.
8. **Moderfrota** – linha destinada a financiar a aquisição de itens novos, isoladamente ou não, quais sejam: tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, equipamentos para preparo,

secagem e beneficiamento de café, e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação.

9. **Moderinfra/Proirriga** – linha que objetiva apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, fomentar o uso de estruturas para a produção em ambiente protegido, e proteger a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo.
10. **PCA (Construção e Ampliação de Armazéns)** – linha destinada a apoiar investimentos necessários à ampliação, modernização, reforma e à construção de novos armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças, fibras e açúcar.
11. **Pronamp Investimento** – linha que visa promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, por meio de crédito para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária.
12. **BNDES Crédito Rural** – linha destinada a apoiar as atividades agropecuárias, incluindo a pesca, a aquicultura e a produção florestal, e agroindustriais, por meio da concessão de financiamentos a projetos de investimento, à aquisição isolada de máquinas e equipamentos relacionados à atividade agropecuária ou agroindustrial, e destinados ao atendimento das despesas de custeio.
13. **Credibahia 1º Piso - BNDES** – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela de menor renda da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.

FUNGETUR

14. **Fungetur – Capital de Giro** – linha que visa financiar demandas de capital de giro de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.
15. **Fungetur – Investimento** – linha destinada a financiar obras civis para implantação, ampliação, reforma ou modernização de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.
16. **Fungetur – Aquisição de Bens** – linha que objetiva financiar demandas de aquisição de bens de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.
17. **Fungetur CrediMais** – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas do setor turístico, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.

RECURSOS PRÓPRIOS

18. **DB Giro** – linha que objetiva aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.
19. **Credilotéricas** – linha que visa aumentar a eficiência e a segurança para o adequado funcionamento das casas lotéricas, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.
20. **DB Investimento** – linha destinada a financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção, realocização e diversificação da produção das já existentes; e investimentos no setor de infraestrutura de transportes e logística.

- 21. Máquinas e Equipamentos RP** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais ou importados para empreendimentos nos setores de indústria, comércio e serviços do Estado da Bahia.
- 22.DB Rural Custeio** – linha que visa apoiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para custeio.
- 23.DB Rural Pré-Custeio** – linha destinada a apoiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para custeio à aquisição antecipada de insumos.
- 24. DB Rural Máquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, nacionais ou importados, destinados à atividade agropecuária.
- 25.DB CrediMais** – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.
- 26.Municípios - Infraestrutura** – linha destinada a financiar o aprimoramento de infraestrutura urbana dos municípios baianos, através de projetos que tenham como objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.
- 27.Municípios Sustentáveis** – linha destinada a financiar projetos sustentáveis que promovam: a redução de emissões de gases efeito estufa e o aumento da eficiência energética por meio de práticas que reduzam o impacto sobre o meio ambiente; e o aumento da eficiência dos serviços e da infraestrutura urbana, através do uso da tecnologia, visando a melhoria da qualidade de vida da população.
- 28.Municípios - Máquinas e Equipamentos** – linha destinada a apoiar os municípios baianos, através de financiamento para aquisição de máquinas

e equipamentos, que tenham como objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.

FUNCAFÉ

- 29. Funcafé Custeio** – linha destinada a financiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para o custeio da safra de café.
- 30. Funcafé Capital de Giro** – linha destinada a financiar capital de giro para cooperativa de produção, para indústria de café solúvel e de torrefação de café.

FINEP

- 31. Finep Inovacred** – linha destinada a financiar investimentos em inovação para a introdução de novos produtos, processos, serviços, marketing ou novo método organizacional, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes visando ampliar a competitividade da economia baiana.

Carteira de Operações de Crédito do FUNDESE:

- 1. Credifácil Giro** – linha destinada a financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas ou empresários individuais.
- 2. Giro Especial – Saúde** – linha que visa suprir as necessidades de capital de giro durante o processo de reestruturação de hospitais no Estado da Bahia. São beneficiárias as empresas atuantes na área de prestação de serviços hospitalares, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSEV.

3. **Credifácil Giro Saúde - PLANSERV** – linha destinada a financiamento de capital de giro para empresas atuantes na área de prestação de serviços para saúde, filantrópicas ou não, privadas, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSERV.
4. **Prodese Infraestrutura** – linha destinada a financiar a implantação, ampliação, reforma, modernização, manutenção e realocização de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura, relacionados com a geração e distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.
5. **Prodese Indústria, Comércio e Serviços** – linha que objetiva financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção, realocização e diversificação da produção das já existentes.
6. **Prodese Saúde - PLANSERV** – linha destinada a financiar investimentos fixos e ampliação, reforma, modernização, manutenção e diversificação de produtos/serviços de empresas filantrópicas e não filantrópicas prestadoras de serviço na área de saúde, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSERV.
7. **Credimáquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nos setores da indústria, comércio, serviços e atividade agropecuária do Estado da Bahia.
8. **Coopergiro** – linha que objetiva apoiar o cooperativismo no estado da Bahia, através de financiamento de capital de giro para cooperativas agroindustriais.
9. **Credipesca** – linha destinada a apoiar o fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura continental, através de financiamentos a unidades de produção para criação de peixes em tanque-rede.

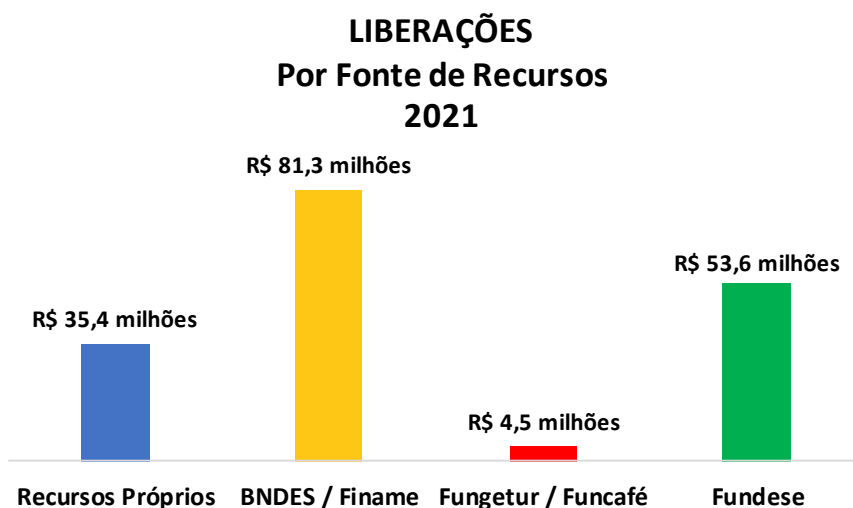
10. **Credirural Investimento Fixo** – linha destinada a apoiar o desenvolvimento da agricultura baiana, mediante o financiamento de investimentos fixos e semifixos.
11. **Credibahia 1º Piso** – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais pobre da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.
12. **Credibahia 2º Piso** – linha destinada a financiar instituições de microcrédito, buscando o fortalecimento e a ampliação de uma rede de agências capaz de propiciar crédito aos microempreendedores.
13. **Protáxi** – linha que objetiva apoiar a renovação da frota de veículos em circulação, aumentar a satisfação dos usuários dos serviços de táxi do estado, fortalecer as entidades representativas do segmento, reduzir o impacto ambiental da atividade através da redução de emissão de poluentes e promover maior segurança no trânsito.
14. **Transporte Escolar** – linha que objetiva apoiar, através de financiamento, as iniciativas dos permissionários de transporte escolar, vinculados a cooperativa de trabalho ou órgão de classe, para renovação da frota em circulação, nas cidades abrangidas pelo Programa.
15. **Capitalização de Cooperativas de Crédito** – linha que visa fortalecer a estrutura patrimonial de cooperativas singulares de crédito repassadoras de microcrédito, localizadas na Bahia, bem como as respectivas cooperativas centrais às quais estão filiadas ou pelas quais estão sendo assistidas, através de concessão de financiamento de aquisição de cotas-partes pelos cooperados.

16. **CrediMais** – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.
17. **Linha de Crédito Emergencial para Enfrentamento à Situação de Calamidade Pública** – linha criada com o objetivo de apoiar, através da concessão de financiamentos, os comerciantes e prestadores de serviços atingidos por desastres naturais decorrentes das chuvas que acometeram o Estado da Bahia no mês de dezembro de 2021, nos Municípios em Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência decretados.

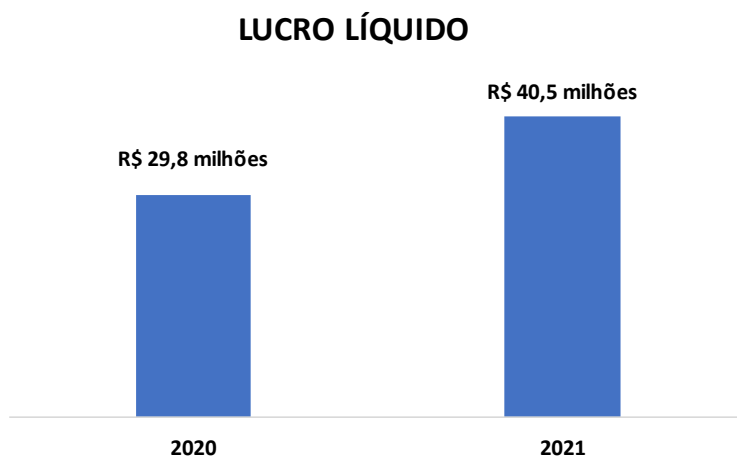
É importante esclarecer que, seja com recursos da carteira Desenbahia, seja com recursos da carteira do Fundese, a Agência oferta um volume de linhas de financiamento maior que o comprometido com as metas do Programa Gestão Governamental (PPA 2020-2023). A oferta de uma linha não significa necessariamente que o mercado tenha interesse por ela a qualquer tempo e, assim, é possível que, em um exercício, as liberações ocorridas não estejam amparadas por todas as linhas ativas. O fundamental é que a Agência tenha capacidade de perceber as necessidades do setor produtivo baiano e busque desenvolver soluções adequadas que atendam a essas necessidades, mesmo que essas soluções não sejam requisitadas todo o tempo.

6. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando as duas carteiras que administra, a da Desenbahia e a do Fundese, a Agência liberou R\$ 174,8 milhões através de 8,1 mil operações de crédito no exercício de 2021. O setor privado foi beneficiado com 84,0% do volume financeiro total das liberações, ficando para o segmento da administração pública (operações com municípios) 16,0% desse total.



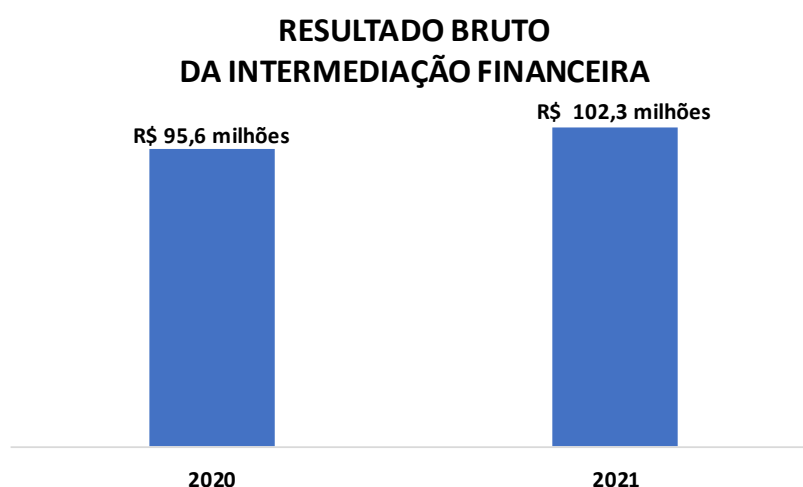
No que se refere ao resultado econômico-financeiro, a Desenbahia apurou lucro líquido de R\$ 40,5 milhões em 2021, resultado 36,1% superior ao obtido em 2020.



A receita de intermediação foi de R\$ 138,4 milhões, com discreta oscilação negativa de 1,5% ante 2020. Houve crescimento de 20,7% nas receitas de títulos e valores mobiliários, que somaram R\$ 13,4 milhões. A receita com recuperação de créditos alcançou R\$ 27,4 milhões, com redução de 16,7% frente a 2020. Vale lembrar, não obstante, que os números da rubrica naquele ano estavam sobrepujados, devido ao resgate de títulos públicos federais que garantiam o valor principal das operações vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 36,1 milhões, com redução de 19,7% sobre o realizado no ano anterior. Destaque para a despesa de repasse (R\$ 23,18 milhões), com diminuição de R\$ 17,3 milhões (queda de 42,7% em relação a 2020). A redução é explicada pela quitação antecipada de obrigações de repasse em valor superior a R\$ 51,0 milhões realizada no fim de 2020. Cerca de 90,0% das operações quitadas eram corrigidas pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), índice que teve alta de 17,8% em 2021, patamar bastante superior à Selic média do ano.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 102,3 milhões, 7,1% superior ao de 2020.



O grupo 'outras receitas operacionais' somou R\$ 29,5 milhões, com incremento de 24,2% sobre o ano anterior, com destaque para receita de prestações de serviços (aumento de 20,3%), gerado principalmente pela elevação na receita com administração de fundos.

Já o grupo 'outras despesas operacionais' totalizou em R\$ 87,2 milhões, com aumento de 9,7% em relação a 2020. Apesar de as despesas de pessoal e administrativas permanecerem relativamente estáveis, constata-se aumento de 36,5% nas outras despesas operacionais, impactadas com reconhecimento de contingências judiciais, notadamente trabalhistas.

O resultado operacional ficou em R\$ 44,6 milhões, com crescimento de 12,1%.

O lucro líquido cresceu 36,1%, chegando a R\$ 40,5 milhões. Houve um impacto importante do reconhecimento no ativo da instituição de R\$ 10,3 milhões de créditos tributários, que tem contrapartida em resultado, com redução nas rubricas de Imposto de Renda e Contribuição Social.

O lucro consistente apresentado demonstra que o empenho da administração na ampliação das receitas e controle das despesas tem surtido efeito. Como destaque, registra-se a diminuição de R\$ 17,3 milhões das despesas de obrigações por repasse, fruto da decisão de quitação antecipada de passivos onerosos com órgãos repassadores, item que teve participação importante na composição do resultado de 2021.

7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1 – Governança

A Desenbahia mantém a seguinte estrutura de Governança:



Por se tratar de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, com relevante interesse coletivo, estabelecido no Estatuto Social, a Desenbahia atua visando atender aos interesses da sociedade e todas as demais partes interessadas, cumprindo a regulamentação pertinente. Desta forma, os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Colegiada) executam os planos de acordo com as demandas dos acionistas, sendo assessorados pelos comitês estatutários e os comitês de apoio, e fiscalizados pelo Conselho Fiscal.

Contam ainda com o apoio da Secretaria de Governança (SEG), que tem o importante papel de auxiliar os Agentes de Governança no cumprimento da

legislação vigente, da Auditoria Interna (AUD) e da Gerência de *Compliance* e Risco (GCR), dentro de suas atribuições, conforme estabelecido no Manual de Organização – MOR.

Os Conselheiros e Diretores da Desenbahia, em atuação durante o ano de 2021, foram devidamente eleitos em Assembleia Geral e Conselho de Administração, respectivamente. Destaca-se que o Conselho de Administração conta com dois conselheiros independentes e um representante dos empregados e que se encontram em funcionamento os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, a saber: Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria.

Todos os Administradores participaram de treinamento, conforme exigido pela Lei nº 13.303/2016, contemplando o seguinte conteúdo:

- Visão, Missão e Valores – Planejamento Estratégico
- Legislação Societária e Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- Processo de Financiamento
- Principais Linhas de Financiamento
- Divulgação de Informações
- Código de Ética e Conduta
- História da Desenbahia
- Gestão de Fundos
- Gestão de Pessoas
- Controle Interno/Gestão de Riscos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo - PLD
- Responsabilidade Socioambiental

Todas as responsabilidades e orientações de conduta para os Administradores e Agentes de Governança, estão no Manual de Governança Corporativa – MGC, que tem a seguinte estrutura:

MANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - MGC	
CAPÍTULO I	Princípios, diretrizes e estrutura de governança
CAPÍTULO II	Estrutura societária
CAPÍTULO III	Indicação, sucessão e remuneração dos administradores e conselheiros
CAPÍTULO IV	Administração
CAPÍTULO V	Conselho Fiscal e Comitês Estatutários
CAPÍTULO VI	Regimento Interno dos Comitês
CAPÍTULO VII	Secretariado de Governança
CAPÍTULO VIII	Política de Transações com Partes Relacionadas
CAPÍTULO IX	Ouvidoria e Comissão de Ética

Todos os manuais mencionados são disponibilizados na Intranet e, quando aplicável, também no site da Desenbahia.

Estruturas de controles internos

O objetivo do sistema de controles internos é garantir o efetivo gerenciamento dos riscos internos e externos à Agência e assegurar a eficiência e eficácia das operações, bem como a qualidade e integridade no registro das transações, além de proporcionar confiabilidade no preparo das demonstrações financeiras.

O sistema de controles internos visa, ainda, ampliar a garantia de que a organização está em conformidade com a legislação e normativos aplicáveis,

ponto em que tem relação direta com a gestão do risco de conformidade (*Compliance*).

A estrutura que compõe o processo de gestão de riscos operacionais e controles internos envolve:

1ª linha de defesa: todas as unidades de negócio, uma vez que executam, no dia a dia, as atividades de controles e implementam as ações de melhorias nas estruturas de controles que mitigam os riscos.

2ª linha de defesa: a Gerência de *Compliance* e Risco (GCR) e a Unidade de Controles Internos e *Compliance* (UCC), que são as áreas responsáveis por gerir o processo “Gerir Risco Operacional” e “Gerir Risco de Conformidade”.

Conta com o apoio de órgãos auxiliares, tais como o Comitê de Risco e Segurança da Informação (CRS), Grupo Especial de Acompanhamento de Leis e Normativos Externos e a Controladoria Jurídica.

A Diretoria de Administração e Finanças (DAF), a Diretoria Colegiada (DCO) e o Conselho de Administração (CAD) são conjuntamente responsáveis por definir as diretrizes e políticas, bem como aprovar a estrutura, metodologias e modelos, apoiar no programa de disseminação da cultura de gestão de riscos e deliberar sobre as ações adotadas para sanar as deficiências encontradas nos exames efetuados.

3ª linha de defesa: a Auditoria Interna (AUD) e o Comitê de Auditoria (CAE) são responsáveis por auditar o processo de gestão de riscos e os demais processos da Agência.

7.II - Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Desenbahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos e de controle interno, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas pelo CMN, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito: concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenbahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada, sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

◆ Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenbahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição a risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/2017, e nº 2.682/1999, e assegura que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através

do saldo contábil; dos cálculos da taxa de inadimplência e índice de atraso; dos índices de provisão; qualidade da carteira (*rating*) e maiores saldos em atraso. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão por parte da alta administração na melhor alocação de recurso e possíveis mudanças no apetite por risco.

◆ Risco de Concentração

O risco de concentração é definido na Resolução CMN nº 4.557/2017 como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

- a uma mesma contraparte;
- a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;
- a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (*commodity*) ou atividade;
- a instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados;
- associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e
- cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

A Desenbahia analisa mensalmente e semestralmente o comportamento da carteira Desenbahia no que tange à concentração das operações de crédito por mutuário, setor econômico e território de identidade, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de perdas associadas às exposições sujeitas ao risco de concentração da carteira de crédito da Agência.

◆ Risco de Liquidez

A Desenbahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.447/2017. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

Caso a Agência apresente situações de crise de liquidez, que acarretem significativa redução dos níveis de reserva, ações de contingências serão realizadas, contemplando medidas de caráter preventivo e/ou corretivo, com determinação de prazos e responsabilidades para corrigir a situação.

◆ Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

◆ Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A Desenbahia adota o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado, seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.365/2007.

◆ **Risco Socioambiental**

O risco socioambiental adotado pela Desenbahia é definido como a “possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais” (Resoluções BACEN 4.557/2017 e 4.327/2014).

Enquanto instituição financeira de fomento, os riscos socioambientais associados às atividades desenvolvidas na Agência são, em sua maioria, indiretos. São apresentados por meio das relações de negócios como, por exemplo: a cadeia de fornecimento e por meio de atividades de financiamento e investimento aos clientes.

O gerenciamento do risco socioambiental está inserido na Política de Responsabilidade Socioambiental da Agência, e, portanto, considera os princípios observados pela Agência no desenvolvimento de seus negócios, na perspectiva da responsabilidade socioambiental. Seu objetivo consiste em minimizar a probabilidade de perdas provenientes de possíveis impactos ambientais e sociais diretos e indiretos potencialmente negativos que venham afetar a Desenbahia.

◆ **Gerenciamento de capital**

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/2017, a Desenbahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

7.III – Limites Operacionais e de Appetite por Risco

O Conselho Monetário Nacional, através do BACEN, estabeleceu em 2013, por meio das Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Ademais, a Resolução CMN nº 4.557/2017 solicita das instituições financeira a definição do apetite por risco.

A Desenbahia encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente e nos limites de apetite por risco estabelecidos por seus Administradores.

O monitoramento do Apetite por Riscos é reportado aos administradores e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

7.IV – Fatores de Risco

Para desempenhar a sua missão e alcançar os objetivos, a Desenbahia elabora a cada cinco anos o Planejamento Estratégico. Nessa oportunidade, a organização reflete e identifica os diferentes tipos de riscos/ameaças, que são inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária. São levantados os riscos/ameaças aos quais a instituição está exposta e definidos seus níveis aceitáveis, sendo, para tanto, mantidos os controles efetivos para sua identificação, mensuração, mitigação, monitoramento e comunicação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a aderência aos requisitos legais aplicáveis.

Para riscos identificados como relevantes, a Desenbahia estabelece políticas e abordagens de monitoramento e reporte, conforme definido na sua Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e estabelece, também, o Diretor de Administração e Finanças como responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO).

8. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

8.1 - Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos Administradores da Desenbahia adequa-se aos dispositivos legais referentes a empresas estatais e sociedades anônimas e aos normativos do BACEN.

O montante global de remuneração de diretores e do diretor-presidente é composta por parte fixa mensal, parte variável anual e benefícios.

A remuneração fixa dos diretores é constituída por honorários e verba de representação. O diretor-presidente recebe verba de representação, de natureza remuneratória, com valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor dos honorários mensais definidos para tal cargo. Para os demais diretores, a verba de representação, também de natureza remuneratória, possui valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários definidos para o cargo.

A remuneração variável para Administradores da Desenbahia aplica-se apenas aos membros da diretoria, inclusive ao diretor-presidente, e é calculada em função do lucro do exercício e da variação contábil do Patrimônio Líquido da empresa, sem estabelecimento de metas específicas para cada diretoria, observado os parâmetros normativos pertinentes.

O montante global e individual da remuneração e demais benefícios concedidos aos integrantes da diretoria observam aos preceitos legais e são fixados anualmente pelo Conselho de Administração, por delegação da Assembleia Geral, para tanto convocada na forma da lei, em conformidade com o Estatuto Social da instituição.

A remuneração dos Administradores é divulgada no site da Desenbahia, de acordo com o artigo 8º, inciso III, e artigo 12, inciso I da Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016. Seguem os valores vigentes em 31/12/2021:

CARGO	VALOR (R\$)				
	Presidente	Diretor	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutária
Honorários	15.592,00	14.726,00	4.500,00	2.250,00	2.250,00
Verba de Representação	9.355,00	7.363,00	--	--	--
TOTAL	24.947,00	22.089,00	4.500,00	2.250,00	2.250,00

Fonte: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/Institucional/remuneracao>

Em atendimento à Lei 13.709/2018, informamos que os dados aqui publicados têm por finalidade o cumprimento de obrigações legais, conforme requisito previsto no art.7º, inciso II da referida Lei.

8.II - Remuneração dos Empregados

Os contratos do quadro de pessoal por prazo indeterminado da Desenbahia são firmados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração dos empregados é composta por parte fixa, representada por salários, anuênios e gratificações e parte variável, constituída por participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho, aprovados pela Administração e constantes do Manual de Gestão de Pessoas da Desenbahia.

9. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O desempenho da Desenbahia em 2021 deve ser compreendido dentro do contexto das economias brasileira e baiana e das demandas colocadas pelo principal acionista, o Estado da Bahia. Nesse sentido, seguem breves considerações sobre a conjuntura econômica nacional e estadual e as ações oriundas das políticas públicas do Governo do Estado, para as quais a Desenbahia recorreu à sua experiência na prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia.

Os impactos da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 sobre a economia brasileira permaneceram dificultando a vida dos brasileiros de um modo geral. Após um ano de forte retração do Produto Interno Bruto – PIB (contração de 4,1% em 2020) e anos anteriores com baixo crescimento, as expectativas eram de incremento significativo do PIB em 2021. Em meados do ano, o mercado projetava crescimento de 5,3%; no final, as expectativas se arrefeceram e o mercado passou a esperar 4,5% de crescimento do PIB brasileiro. Sobre uma base deprimida, esse incremento não chegou a viabilizar o retorno da economia ao patamar de uma década atrás.

Os demais indicadores macroeconômicos brasileiros tampouco mostraram-se auspiciosos: a inflação recrudesceu (o IPCA fechou acumulado do ano em 10,42%), a moeda nacional desvalorizou-se ainda mais e a taxa básica de juros (Meta SELIC) escalou de 2,0%, em janeiro, para 9,25%, em dezembro.

Especificamente sobre a economia baiana, o ano começou com a notícia de fechamento da unidade da montadora Ford, em Camaçari, e o encerramento das suas atividades no Brasil. O movimento provocou impacto negativo nos resultados da indústria de transformação estadual.

Enquanto o setor industrial recuou, a agropecuária e os serviços impulsionaram a economia baiana. Com o novo recorde na safra de grãos, os elevados preços das commodities, a moeda nacional depreciada e a forte demanda da China, o agronegócio baiano registrou bom resultado no ano. Já o setor de serviços, com a flexibilização das medidas sanitárias de distanciamento social, voltou a apresentar taxa de crescimento positiva.

Sob esse cenário, a Desenbahia manteve-se fiel ao seu objetivo de apoiar novos negócios. Com os seus recursos e os do Fundese, foram 8,1 mil liberações realizadas no ano, que perfizeram um montante de R\$ 174,8 milhões de desembolsos. Também foi importante a atuação na renegociação de créditos, dilatando prazos, buscando dar melhores condições de pagamento aos clientes.

Na condição de administrador de fundos e prestadora de serviços de agenciamento financeiro, o Governo do Estado convocou a Desenbahia para, com os recursos do Fundese, atender às necessidades dos comerciantes e prestadores de serviços atingidos pelos desastres provocados pelas fortes chuvas que acometeram diversos municípios baianos no sul do estado em dezembro de 2021.

Imediatamente, a Desenbahia deslocou equipe de funcionários para conhecer a realidade dos municípios atingidos, preparou o programa de crédito emergencial, recepcionou as solicitações e iniciou as contratações e liberações de recursos.

Ainda na condição de administrador do Fundese, a Desenbahia liberou recursos para o contrato de financiamento firmado, em 2020, com a Concessionária Estrada do Feijão, responsável pelo projeto de Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema Viário BA-052. E assinou o contrato de financiamento com a Metrogreen Skyrail Concessionária da Bahia para as

obras do projeto de Implantação e Operação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT do Subúrbio.

A partir da experiência adquirida com a administração do FGAP, a Agência foi incumbida de realizar todos os procedimentos necessários para a criação do FGAP, instituído no início de 2021. Com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo Estado da Bahia no contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, o FGAP teve Estatuto, Regulamento e integralização inicial de cotas aprovados em março, e, em seguida, o Estado da Bahia creditou o valor necessário para compor o saldo mínimo do fundo no ano de 2021, R\$ 250 milhões, como previsto legalmente.

No que se refere ao resultado financeiro do exercício, R\$ 40,5 milhões de lucro líquido, os destaques foram as receitas de recuperação de crédito e de taxa de administração de fundos. É relevante observar a preocupação da Agência com a qualidade da carteira de crédito e o cuidado para renegociar operações, de modo a sempre ampliar a capacidade de ofertar novos créditos.

Para o ano de 2022, as expectativas são de um cenário econômico menos conturbado, com o maior controle da pandemia e dos seus efeitos. Com esse horizonte, a Desenbahia planeja ampliar a oferta de recursos para o financiamento do setor produtivo baiano, ao tempo em que expande, de forma segura e rentável, sua carteira de crédito.

Consolidando seu papel de braço financeiro do Governo da Bahia, a Agência se mantém disponível para contribuir cada vez mais com as políticas públicas estaduais, por meio da gestão de fundos e como prestadora de serviços de agenciamento financeiro.

Seja através da concessão de crédito, seja com a prestação de serviços técnicos especializados, o compromisso da Desenbahia com a sua missão permanece: *viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana.*

Salvador, ____ de abril de 2022.

João Batista Aslan Ribeiro

Cícero de Carvalho Monteiro

Francisco Alfredo Marcílio
de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

Patrícia Ferreira Nascimento

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar